

Interrogando a Psicologia Escolar: uma revisão integrativa sobre fracasso escolar na vivência de estudantes negras

Natália Vitória dos Santos
Celso Francisco Tondin

Natália Vitória dos Santos

Universidade Federal de São João del-Rei, UFSJ, MG, Brasil

E-mail: natalia.vitoria15@outlook.com

 <https://orcid.org/0009-0002-2182-575X>

Celso Francisco Tondin

Universidade Federal de São João del-Rei, UFSJ, MG, Brasil

E-mail: celsotondin@ufsj.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4588-0553>

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil, CAPES

Recebido em: 24/10/2025

Aprovado em: 10/12/2025



Resumo

Este artigo apresenta uma revisão integrativa, a qual tem por objetivo investigar como a Psicologia Escolar tem abordado o fracasso escolar vivenciado, especificamente, por estudantes negras, considerando os marcadores sociais da diferença (raça, classe e gênero) a partir de uma perspectiva interseccional. Ancorado, teoricamente, no Feminismo Negro (Akotirene, 2019) e na Psicologia Escolar de perspectiva crítica (Patto, 1990, 2022), o estudo parte da compreensão de que o fracasso escolar é uma construção social, histórica e institucional que atinge, de forma desigual, estudantes negros de camadas populares, principalmente meninas. A revisão abrangeu produções acadêmicas publicadas entre os anos de 2019 e de 2025 nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal de Periódicos da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com base nos critérios de elegibilidade, apenas dois artigos condiziam com a busca, o que evidencia a escassez de pesquisas que articulam interseccionalidade ao fracasso escolar no campo da Psicologia Escolar. Os estudos analisados demonstram que racismo, sexismo e classismo operam, de forma entrelaçada, no sistema educacional, afetando o desempenho acadêmico e a permanência de estudantes negras na escola. Ao destacar epistemologias produzidas por mulheres negras e a necessidade de práticas antirracistas e decoloniais, propõe-se que a atuação em Psicologia Escolar esteja comprometida com a transformação social e com o enfrentamento das desigualdades estruturais. Portanto, conclui-se que é urgente a produção de estudos interseccionais que contribuem para o processo de escolarização de estudantes negras numa perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Psicologia escolar. Fracasso escolar. Estudantes negras.

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2026.e109478>

<http://www.perspectiva.ufsc.br>

Abstract

Interrogating School Psychology: an integrative review on school failure in the experiences of black female students

This article presents an integrative review that aims to investigate how School Psychology has addressed school failure experienced specifically by Black female students, considering the social markers of difference (race, class, and gender) from an intersectional perspective. Theoretically grounded in Black Feminism (Akotirene, 2019) and a critical perspective on School Psychology (Patto, 1990/2022), the study starts from the understanding that school failure is a social, historical, and institutional construct that disproportionately affects Black students from lower socioeconomic backgrounds, especially girls. The review includes academic publications from 2019 to 2025 in the databases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Virtual Health Library (BVS), and the Portal of Periodicals of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). Based on the eligibility criteria, only two articles matched the search, highlighting the scarcity of research that articulates intersectionality with school failure in the field of School Psychology. The studies analyzed demonstrate that racism, sexism, and classism operate in an interlaced way within the educational system, affecting the academic performance and retention of Black female students in school. By highlighting epistemologies produced by Black women and the need for anti-racist and decolonial practices, it is proposed that the work in School Psychology to be committed to social transformation and to confronting structural inequalities. Therefore, it is concluded that the production of intersectional studies that contribute to the schooling process of Black female students from an inclusive perspective is urgent.

Keywords:

School
psychology.
School failure.
Black female
students.

Resumen

Interrogando la Psicología Escolar: una revisión integradora sobre el fracaso escolar en las experiencias de estudiantes negras

Este artículo presenta una revisión integradora cuyo objetivo es investigar cómo la psicología escolar ha abordado el fracaso escolar experimentado, específicamente, por las estudiantes negras, considerando los marcadores sociales de la diferencia (raza, clase y género) desde una perspectiva interseccional. Anclado teóricamente en el feminismo negro (Akotirene, 2019) y en la psicología escolar desde una perspectiva crítica (Patto, 1990/2022), el estudio parte de la comprensión de que el fracaso escolar es una construcción social, histórica e institucional que afecta de manera desigual a los estudiantes negros de clases populares, principalmente a las niñas. La revisión abarcó producciones académicas publicadas entre los años 2019 y 2025 en las bases de datos *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Biblioteca Virtual em Saúde* (BVS) y en el *Portal de Periódicos da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES). Según los criterios de elegibilidad, solo dos artículos cumplieron con los criterios de búsqueda, lo que pone de manifiesto la escasez de investigaciones que articulan interseccionalidad con el fracaso escolar en el campo de la psicología escolar. Los estudios analizados demuestran que el racismo, el sexismo y el clasismo operan de forma entrelazada en el sistema educativo, incidiendo en el rendimiento académico y en la permanencia de las estudiantes negras en la escuela. Al destacar las epistemologías producidas por mujeres negras y la necesidad de prácticas antirracistas y descoloniales, se propone que la intervención en Psicología Escolar esté comprometida con la transformación social y con el enfrentamiento de las desigualdades estructurales. Por lo tanto, se concluye que es urgente la producción de estudios interseccionales que contribuyen al proceso de escolarización de las estudiantes negras desde una perspectiva inclusiva.

Palabras clave:

Psicología
escolar. Fracaso
escolar.
Estudiantes
negras.

Fracasso escolar e interseccionalidade: uma discussão possível

O presente estudo se ancora, teoricamente, nos referenciais do Feminismo Negro (Akotirene, 2019) e da Psicologia Escolar de perspectiva crítica (Patto, 2022). Alinhando-se aos debates iniciados por Patto (2022) acerca do fracasso escolar e ao conceito de interseccionalidade, reinterpretado à realidade brasileira por Akotirene (2019), defendemos, nesta pesquisa, uma conexão possível entre os estudos feministas e os trabalhos críticos sobre o processo de escolarização no âmbito da Psicologia Escolar brasileira. Portanto, objetivamos uma compreensão, contextualizada histórica e localmente no sul global, acerca do fracasso escolar com destaque às suas conexões com os marcadores sociais da diferença (raça, classe e gênero). Embora Patto (2022) não tenha utilizado, em suas obras, o conceito de interseccionalidade desses marcadores, a autora considera o fracasso escolar como uma produção histórica, social e institucional que afeta, de maneira direta e incisiva, estudantes das camadas populares e negras, os quais são estereotipados sob o rótulo de “alunas/os-problema”, principalmente devido ao preconceito de classe social e raça.

O debate em torno desses dois tipos de preconceitos remonta ao início do período republicano: por influência das teorias racistas do campo científico, as quais antecederam a Psicologia Escolar no Brasil, pobres e não brancas/os (negras/os e indígenas) eram classificadas/os como inferiores (Patto, 2004). O movimento higienista, na Primeira República, por exemplo, abordava a infância como um “lugar privilegiado de profilaxia” (Patto, 2004, p. 206), estabelecendo a educação e a saúde como pilares para prevenir “anormalidades” e controlar a “degeneração social”, o que sustentou a realização dos primeiros experimentos de higiene física e mental escolares. Nesse processo, instituições médicas e educacionais foram mobilizadas para diagnosticar e classificar crianças entre normais e anormais e para criação de escolas especiais e asilos (Patto, 2004). Dessa forma, conforme Patto (2004, p. 210), “muito mais do que os sérios problemas relativos ao sistema de ensino fundamental brasileiro, a necessidade de educar ‘abandonados’, ‘anormais’ e ‘delinquentes’ ocupou médicos e juristas da Primeira República, os quais chegaram a defender a priorização do ensino de ‘anormais’”.

Nesse contexto, a Psicologia Escolar emergiu como uma prática voltada à avaliação, ao diagnóstico e à intervenção no ambiente educacional aliada a iniciativas educacionais científicas que reforçavam a separação social e contribuíam para a promoção de uma educação que priorizava o controle dos sujeitos e a adaptação às normas higienistas e eugênicas da época (Patto, 2004), o que colaborou para a persistência de concepções ideológicas que buscam selecionar, orientar, adaptar e racionalizar o comportamento humano (Patto, 2022). Ainda conforme essa pesquisadora, o “discurso da ideologia” se dá pela sustentação de lacunas, invisibilizadas pela afirmação de um discurso

supostamente coerente e racional que esconde, em suas frestas, elementos ideológicos que são responsáveis pela legitimação das desigualdades, pelas exclusões e pelas impermanências.

Em oposição a essa atuação tradicional – modelo clínico-médico – em Psicologia Escolar, a perspectiva crítica ganhou força na década de 1980, sendo conduzida por psicólogas/os escolares com o objetivo de questionar o próprio campo e propor novos direcionamentos, sobretudo frente às intervenções da categoria no processo de escolarização (Firbida; Vasconcelos, 2018). Pautando-se no materialismo histórico-dialético, essa abordagem prioriza a crítica à ideologia capitalista e a suas consequências à realidade social e educacional, bem como à atuação da/o profissional de Psicologia que se realiza, em geral, em concordância com o controle social (Firbida; Vasconcelos, 2018; Patto, 2022). As/os teóricas/os críticas/os se opõem, também, ao uso do saber psicológico em prol da patologização dos fenômenos educativos, que precisam, noutro sentido, ser compreendidos em suas múltiplas faces e determinações (Antunes, 2008). Em síntese, essa abordagem critica as explicações tradicionais acerca dos fenômenos educacionais e humanos, que se dividem em duas grandes concepções: a objetivista e a subjetivista, ambas caracterizadas pela desconsideração dos elementos sociais, políticos e econômicos que constituem a relação escolar (Souza *et al.*, 2014). Entretanto, a despeito das denúncias realizadas no século XX, ainda persistem atuações psicológicas que desconsiderem a realidade social e histórica dos sujeitos, o que se torna ainda mais prejudicial à garantia do direito à educação ao levarmos em conta a violência machista-patriarcal que, interseccionada à opressão racial e de classe, produz, especificamente em estudantes negras, um processo de subjetivação que interconecta as violências de raça, de classe e de gênero (Collins, 2019). Desse modo, é imprescindível a reflexão em torno da perspectiva interseccional e suas interlocuções com os processos educativos; logo, com a produção do fracasso escolar de estudantes negras.

Akotirene (2019), feminista negra brasileira, define interseccionalidade como uma ferramenta analítica que viabiliza a interpelação de sistemas de opressões interligados que afetam, diretamente, a vida de mulheres negras, conectando estruturas, como origem, racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. O conceito de interseccionalidade, segundo a feminista, ressalta que as opressões sociais não atuam de forma isolada ou somatória, mas estão, profundamente, entrelaçadas, moldando a vivência das mulheres negras em múltiplas dimensões sociais e institucionais. Nesse contexto, a interseccionalidade funciona como uma ferramenta teórico-metodológica essencial para analisar as relações de poder que estruturam a sociedade (Akotirene, 2019).

A intelectual pontua o risco da apropriação neoliberal do conceito que pode contribuir para o reforçamento de lógicas punitivistas e racistas, contrariando as bases epistemológicas do feminismo negro (Akotirene, 2019; Portela, 2021). Por meio da metáfora analítica das encruzilhadas, em referência às matrizes religiosas ancestrais, o conceito de interseccionalidade se articula às dimensões

estruturais, materiais e simbólicas das desigualdades, dando ênfase à forma como essas dinâmicas operam no cotidiano das mulheres negras e em suas lutas políticas (Akotirene, 2019; Portela, 2021). Assim, a interseccionalidade, em uma perspectiva feminista brasileira com aproximações decoloniais (Portela, 2021), é uma lente analítica indispensável para compreender e enfrentar as injustiças estruturais, ao mesmo tempo em que se reivindica a centralidade do feminismo negro como eixo de transformação social (Akotirene, 2019).

É necessário considerar que, ao adotarmos uma perspectiva interseccional das violências consubstanciadas (Lugones, 2018) e de como elas interferem nos processos de escolarização de estudantes negras, a partir da intersecção dos marcadores raça, classe e gênero, parte-se do pressuposto de que a interseccionalidade, conforme argumenta Collins (2016), não se limita à soma de categorias, mas analisa as relações estabelecidas entre elas e os efeitos que produzem nas experiências, sejam de opressão, sejam de privilégio. Ainda que reconheçamos a importância de outros marcadores sociais da diferença no processo de escolarização e na produção do fracasso escolar, como a sexualidade, a geração, a deficiência e o território, optamos, nesta pesquisa, por priorizar os marcadores raça, classe e gênero, por considerarmos que eles constituem e estruturam, de forma única, a trajetória de escolarização de estudantes negras no sistema educacional brasileiro. Nessa linha de pensamento, Carneiro (2015) denuncia como o racismo e o sexismo produzem, em mulheres negras, uma espécie de asfixia social, com desdobramentos negativos em todas as dimensões da vida, tendo como resultado a baixa autoestima, além de afetarem a sua sobrevivência. Em virtude disso, para melhor compreensão do objeto de pesquisa, posiciono-me como pesquisadora, apontando minha própria trajetória como mulher negra subalternizada, oriunda de escola pública e de periferia, cujas vivências também são atravessadas pelas dimensões do racismo e do sexismo. Ao refletir sobre minha presença e voz nos espaços acadêmicos, dialogo com as provocações feitas por Spivak (1985, 2010), reconhecendo que, historicamente, mulheres como eu foram silenciadas, invisibilizadas e consideradas incapazes de produzir conhecimento legítimo.

Minhas escolhas teóricas e metodológicas representam um sujeito que escolheu fazer ciência, mas que não está isento das dificuldades estruturais impostas por uma sociedade racista, patriarcal e classista. Parafraseando a letra da cantora e compositora brasileira Luedji Luna (2016), reconheço que sou um corpo no mundo, guiado pelo sol da América do Sul, carrego a história do meu lugar, atravessei o mar forçadamente, mas hoje, sou minha própria embarcação. Tal como o eu-lírico da canção, atravesso barreiras estruturais calcadas no racismo e no sexismo, orientando-me pelos saberes e conhecimentos dos meus povos ancestrais.

Ao longo desse processo de escrita, contei com a escuta sensível do meu orientador, coautor deste texto, um homem branco que reconhece os privilégios que o atravessam e se compromete a atuar de forma ética, respeitando e valorizando a centralidade da minha experiência e produção como mulher negra pesquisadora, contribuindo, assim, para o meu protagonismo epistemológico e político.

Fazer pesquisa implica escolher abordagens teórico-metodológicas que não são neutras, sendo por meio da não neutralidade que emergem resultados que potencializam a transformação social. Entende-se que o conhecimento não é neutro pelo fato de que toda produção científica está situada em contextos histórico, social e político específicos e carrega em si marcas das relações de poder que estruturam o mundo (Harding, 2003). Nesse sentido, ressalta-se que o modelo interseccional é uma abordagem investigativa ideal para a presente pesquisa à medida que ele pode ser mobilizado conforme os contextos e objetivos analíticos específicos; ou seja, não se trata de um modelo fixo ou universal, mas sim dinâmico e sensível às múltiplas dimensões da realidade social (Bilge, 2010; Harding, 2003). Assim sendo, a escolha pelos marcadores raça, classe e gênero reflete a adoção de um recorte teórico e político coerente com o objeto de pesquisa: o fracasso escolar de estudantes negras.

Educação de estudantes negras/os: o que os dados apontam?

Muitos estudos estatísticos não utilizam diretamente o conceito de fracasso escolar como termo-chave nas análises em relação ao desempenho de alunas/os negras/os. Todavia, esses trabalhos apresentam dados sociodemográficos e relativos ao acesso, à permanência, à evasão e à conclusão escolares, tanto em nível médio quanto superior. Os resultados indicam avanços na comparação do momento presente com períodos anteriores, mas também contradições em relação ao percurso de escolarização de estudantes negras/os brasileiras/os.

Dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025) revelam avanços significativos no acesso da população negra (pretas/os e pardas/os) à educação superior no Brasil entre os anos de 2000 e 2022. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, por exemplo, a proporção de pessoas pretas com 25 anos ou mais que concluíram a educação superior quintuplicou, passando de 2,1%, em 2000, para 11,7%, em 2022 (IBGE, 2025). Entre as/os pardas/os, esse número também cresceu expressivamente, passando de 2,4% para 12,3% no mesmo período, o que pode estar relacionado, entre outros fatores, à implementação da Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), conhecida como Lei de Cotas; posteriormente, alterada pela Lei nº 13.409/2016 (Brasil, 2016), a Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, que ampliou a primeira, a fim de garantir reserva de vagas, também, para esse grupo de pessoas. As legislações estabeleceram, por exemplo, reservas de vagas, na educação superior pública, para estudantes que cursaram, integralmente, o ensino médio em escolas

públicas, incluindo também aquelas/es provenientes de escolas privadas que foram contemplados com bolsa integral. As vagas, sob tais legislações, são distribuídas segundo recortes de raça/etnia, de renda e de deficiência, contribuindo para a democratização do acesso de sujeitos a espaços educacionais e para a inclusão de grupos historicamente marginalizados à educação.

Ainda com o Censo Demográfico de 2022, nota-se que o percentual de pessoas brancas que concluíram a educação superior também cresceu. Porém, esse cálculo não especifica a classe social dessas/es estudantes nem se são egressas/os de escolas públicas ou privadas. Por isso, esse resultado pode estar relacionado tanto ao acesso de pessoas brancas de baixa renda e de escola pública às universidades quanto às experiências acadêmicas de sujeitos com essas características fenotípicas, os quais não fizeram o uso de cotas para ingressar nas universidades, mas foram beneficiados por trajetórias escolares atravessadas pelos privilégios de raça e/ou de classe. Conforme o levantamento de 2022, a proporção de pessoas brancas de 25 anos ou mais com o nível superior completo era de 25,8%, mais que o dobro dos índices observados entre pretas/os e pardas/os (IBGE, 2025).

Além disso, a distribuição racial entre as/os formadas/os, detectada pelo Censo Demográfico de 2022, varia, significativamente, conforme o curso. Por exemplo, em 2022, 75,5% do total de graduadas/os em Medicina eram brancas/os, enquanto apenas 2,8% eram pretas/os e 19,1% pardas/os. Em contrapartida, dentre os 40 cursos analisados, a graduação com o maior número de concluintes não brancas/os era o Serviço Social, que contava, também, com um contingente majoritário de mulheres (IBGE, 2025). Como nos revela Carneiro (2015), não é incomum que, pelos atravessamentos e marcas do racismo e do sexismo, que afetam o corpo e a subjetividade de mulheres negras, esses sujeitos estejam confinados em ocupações de menor prestígio social e de remuneração, como é o caso do Serviço Social, ainda que seja um curso digno de respeito e de credibilidade. Além do mais, é importante destacar que prestígio e remuneração são critérios definidos pelo sistema capitalista, que não valoriza, de forma justa e igualitária, as profissões; em específico, aquelas majoritariamente exercidas por mulheres.

A reflexão em torno da interseccionalidade entre raça, classe e gênero e o processo de escolarização não se restringe à educação superior. Na educação básica, por exemplo, estudantes do sexo feminino e negras, submetidas às opressões de classe, de raça e de gênero, enfrentam altos índices de evasão e de fracasso escolar relacionados a fatores como trabalho infantil, cuidado com afazeres domésticos e/ou com pessoas e gravidez precoce (Alma Preta, 2025; IBGE, 2024; Santos; Nascimento, 2022; Tokarnia, 2020).

As análises e os dados, no que se refere a esse tema, retratam experiências e desafios específicos enfrentados por estudantes do sexo feminino, que podem levá-las ao fracasso escolar, fato

esse que não ocorre, de igual maneira, no caso de estudantes do sexo masculino (independentemente de seu pertencimento racial). O índice de estudantes desse gênero que evadem da escola para cuidar de afazeres domésticos não chega a 1% [0,8%] (IBGE, 2024). Além disso, esses sujeitos não são afetados pela gravidez precoce de maneira proporcional às mulheres, pois a carga emocional e física no exercício da maternidade e da paternidade é muito distinta: como detecta Tiburi (2018), mulheres carregam fardos objetivos e subjetivos muito mais pesados do que homens.

Um dado apresentado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2019, durante a pandemia da Covid-19 (doença respiratória causada pela infecção do coronavírus SARS-CoV 2), revela que 20,1% das estudantes do sexo feminino relataram uma associação entre evasão escolar e falta de interesse em continuar nos estudos (IBGE, 2024). Entretanto, dadas as opressões de raça, de classe e de gênero, é relevante tensionarmos essa informação, questionando: quais subjetividades são produzidas em uma sociedade machista, racista, patriarcal e dividida em classes? De que maneira a escolha por não estudar é atravessada pela “falta de interesse”? Quais ambientes educacionais estão sendo ofertados para estudantes negras/os e de baixa renda?

É importante ressaltar que, ao mesmo tempo, estudantes negros do sexo masculino representam a maior parcela de abandono escolar, o que pode ser inferido pela comparação entre os dados de gênero e de raça apresentados pelo PNAD Contínua (IBGE, 2024). Esse fenômeno, por seu turno, está frequentemente relacionado à necessidade de trabalhar e/ou a falta de interesse pelos estudos (Alma Preta, 2025; Tokarnia, 2020), aspectos esses que reforçam a necessidade de políticas públicas que estejam pautadas na interseccionalidade e que considerem, também, além da racialidade, o gênero masculino enquanto submetido às opressões consubstanciadas (Lugones, 2008).

Diante das estruturas opressoras que afetam sujeitos negros, principalmente mulheres, que também são atravessadas pelos aspectos de gênero, assume-se, nesse ínterim, o posicionamento ético-político da luta antirracista, como defendido por Angela Davis em uma conferência, em 2017, no estado da Bahia: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo” (Davis, 2017, n.p. *apud* Alves, 2017, n.p.).

É necessário, desse modo, que a estrutura desigual seja desestabilizada, estrutura essa que coloca estudantes negras em posição de subalternidade, excluindo-as do mundo acadêmico e do mercado de trabalho, além de relegar essas mulheres, prioritariamente, ao ambiente doméstico. Vale elucidar que tal estrutura também interpela e afeta estudantes negros cotidianamente, seja pela violência policial, seja pela violência das ruas e/ou pela imposição do trabalho precoce com a finalidade de subsistência deles mesmos e dos seus familiares. Desconsiderados e negados, constantemente, de suas humanidades, esses sujeitos são forçados a se ver por meio do olhar do

opressor (Fanon, 1952, 2008) e são submetidos à violência, de modo que respondem ao mundo de forma semelhante, perpetuando, inconscientemente, ciclos de dor e de opressão (Fanon, 1968).

Ainda sobre os estudantes negros, destacamos que, como consequência do racismo estrutural, esses homens costumam ter suas afetividades e necessidades negadas, além de suas reivindicações ignoradas. Contudo, esses sujeitos encontram, no afeto de mulheres negras, a força para continuar suas trajetórias (Collins, 2019; Davis, 2016; hooks, 2021). Concordamos, portanto, com hooks (2021, p. 84) ao abordar que “para os negros, o amor tem sido um ato de resistência histórica”.

Sendo assim, conscientes de nosso compromisso com a luta antirracista, continuaremos a apresentar, com mais detalhes, os dados relativos à interseccionalidade e ao fracasso escolar, trazendo, mais especificamente, a interconexão entre as violências de raça, de classe e de gênero, que intervêm nos processos de escolarização de estudantes negras, reiterando nossa responsabilidade com a produção de conhecimentos emancipatórios.

Por meio do monitoramento e da avaliação acerca do analfabetismo no Brasil, realizado pelo Ministério da Igualdade Racial, em 2022, foram observadas distinções entre estudantes negras e brancas no que tange à taxa de analfabetismo. Alunas brancas do sexo feminino, a saber, apresentaram menor taxa de analfabetismo do que estudantes negras do mesmo sexo, numa proporção de 3,4% para 6,9% (Brasil, 2023). Tais dados nos preocupam, uma vez que, como Fernandes (2016) denuncia, a persistência do analfabetismo fere o direito constitucional à educação e conduz estudantes à marginalização, atingindo frontalmente a dignidade humana e, muitas vezes, contribuindo para o subdesenvolvimento social.

Ao interseccionar os dados de raça e de gênero presentes no gráfico “Taxas de frequência, conclusão de etapa e abandono escolar - Brasil (%)”, da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2023 (IBGE, 2024), é possível perceber que, tendo como referência pessoas de idade entre 18 e 24 anos, 36,5% das estudantes brancas estão frequentando a escola enquanto que 26,5% das negras estão na mesma situação. Na educação superior, a disparidade é ainda maior: 29,5% das mulheres brancas estão matriculadas, em comparação com 16,4% das mulheres negras. Quando analisamos a conclusão de etapas educacionais, por sua vez, as desigualdades permanecem evidentes: o número de mulheres brancas que concluem o ensino superior (6,5%) é mais do que o dobro de mulheres negras (2,9%) (IBGE, 2024).

Esses dados ilustram não somente a ausência de jovens estudantes negras na educação superior como também a presença, na educação básica, desses sujeitos em idade “inadequada” a série correspondente, o que pode estar relacionado à evasão nos ensinos fundamental e médio e à repetência conforme apontado pela coordenadora do estudo, Adriana Beringuy (IBGE, 2024). Ademais, é

importante destacar que a distorção idade-ano-série é uma expressão, na escola, da desigualdade social, que apresenta alguns impactos, seja na dificuldade de acesso, seja nos desafios de permanência e de conclusão para as jovens estudantes negras, o que influencia, diretamente, na inserção delas no campo laboral. Segundo os dados do mesmo estudo, uma a cada quatro jovens entre 15 e 29 anos não estuda e nem ocupa o mercado de trabalho formal, o que sujeita esse contingente populacional à exclusão, tanto educacional quanto laboral e aumenta a probabilidade da dependência financeira em relação aos familiares ou ao cônjuge (IBGE, 2024).

É imprescindível mencionar que o estudo do PNAD Contínua (IBGE, 2024) não especifica se a ausência dessas estudantes, na educação básica ou no ensino superior, dá-se pela evasão ou pelo não acesso delas ao sistema educacional. Essa limitação dificulta a reflexão sobre dois processos distintos, porém interligados: o acesso (ou não) à escola e o abandono escolar, visto que não são apresentados dados acerca do número de estudantes matriculadas e sobre a taxa de frequência e de abandono dessas alunas. Além disso, o estudo não apresenta informações socioeconômicas, o que dificulta a análise interseccional, preconizada nesta investigação. A ausência de dados interseccionais, portanto, dentre outros fatores, contribui, em certa medida, para a persistência, por parte das políticas públicas educacionais, em tratar as opressões de raça, de classe e de gênero de modo separado (Santos; Nascimento, 2022).

Os dados levantados pelo Censo Escolar de 2024 e os apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (Brasil, 2025) complementam nossa reflexão ao apontar uma maior presença feminina na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ano de 2024: 56,7% das matrículas de pessoas com 20 anos ou mais, nessa modalidade educacional, são de mulheres, o que sugere que muitas delas retornam à escola após terem interrompido os estudos. Além disso, na educação profissional, estudantes do sexo feminino são maioria em todas as faixas etárias, inclusive nas mais avançadas: as com 40 e 49 anos, por exemplo, representam 63,9% das matrículas. Esses dados indicam que, embora as mulheres tenham desempenho escolar mais consistente na juventude, elas também enfrentam desafios estruturais que impactam sua permanência contínua na escola, os quais as levam a buscar a formação em fases mais tardias da vida, apontando as barreiras impostas pelo patriarcado, que restringe o pleno e contínuo acesso das mulheres à educação.

Todos esses registros foram mencionados de modo a proporcionar a reflexão sobre o impacto que os levantamentos podem ter na formulação de políticas públicas à medida que elas são pensadas por diversos setores da sociedade, como governantes, legisladoras/es, técnicas/os, pesquisadoras/es, ativistas e cidadãs/ãos diretamente envolvidas/os no debate, na elaboração e na execução. Assim, a divulgação dos resultados de pesquisas de renome, como as realizadas pelo IBGE e pelo PNAD,

podem influenciar fortemente a opinião pública e, conseqüentemente, a elaboração das políticas sociais.

Por fim, é importante pontuar que a presença do marcador de raça, nas pesquisas governamentais, foi uma conquista do Movimento Negro como parte de sua luta pela inclusão da população preta no sistema educacional no século XX, período em que este grupo era ainda mais vulnerabilizado e marginalizado pela ausência de políticas que resguardassem o acesso e a permanência desse grupo nas escolas. Buscava-se, então, por meio da visibilidade dos dados, escancarar à sociedade o abismo social em que se encontrava a população negra, além de denunciar a exclusão educacional (Gomes, 2019). Por isso, atualmente somos convocadas/os a fazer uso dessa vitória.

Inspirando-nos no pensamento feminista negro (Akotirene, 2019) em diálogo com a Psicologia Escolar de perspectiva crítica (Patto, 1990, 2022) e amparados nos dados estatísticos que revelam as desigualdades educacionais persistentes no percurso escolar de estudantes negras brasileiras, buscamos, nesta Revisão Integrativa, investigar o estado da arte em relação ao tema da produção do fracasso escolar de estudantes negras a partir de um olhar interseccional, com a hipótese de que existem poucos estudos no campo da Psicologia Escolar que consideram a perspectiva interseccional (a inter-relação entre raça, classe, gênero) na compreensão desse fenômeno (fracasso escolar).

O método da Revisão Integrativa: interlocuções com a pesquisa em Psicologia Escolar

Este estudo, de natureza qualitativa, foi desenvolvido por meio de uma revisão de literatura de tipo integrativa. A Revisão de Literatura é apontada por Botelho, Cunha e Macedo (2011) como o primeiro passo para a construção de um conhecimento científico. Esse procedimento, conforme os autores, possibilita o reconhecimento de lacunas que favorecem novas reflexões em torno de um assunto específico, contribuindo para o surgimento de novas perspectivas teóricas e/ou metodológicas. Essa revisão se divide em dois principais tipos, a saber: a Revisão Narrativa e a Revisão Bibliográfica Sistemática (Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

Ambas possuem especificidades. A Revisão Narrativa “(...) é utilizada para descrever o estado da arte de um assunto específico, sob o ponto de vista teórico ou contextual” (Botelho; Cunha; Macedo, 2011, p. 125). Esse tipo de estudo, portanto, não detalha a metodologia de pesquisa, as fontes de informação ou os critérios de avaliação; em vez disso, fundamenta-se na interpretação e na análise crítica da/o pesquisadora/pesquisador sobre a literatura (Bernardo; Nobre; Jatene, 2004), sem contar que não possui uma metodologia que viabilize a reprodução de dados (Rother, 2007). Já a

Revisão Bibliográfica Sistemática, por sua vez, responde a uma pergunta específica com o uso de métodos explícitos e sistemáticos, visando identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, de modo a coletar e analisar dados provenientes deles.

A Revisão Integrativa, assim como a Revisão Qualitativa, a Meta-Análise e a Revisão Qualitativa, é uma subdivisão da Revisão Bibliográfica Sistemática (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). No entanto, no que diz respeito à análise dos resultados, a Revisão Integrativa e a Revisão Narrativa preconizam a análise narrativa, enquanto a Meta-Análise é caracterizada pela análise estatística, e a Revisão Sistemática, por seu turno, pelo uso de uma ou outra (narrativa ou estatística). No contexto deste artigo, a ênfase recai sobre a Revisão Integrativa.

O método de Revisão Integrativa permite a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias, podendo conter pesquisas quantitativas, qualitativas ou literaturas teórica e/ou metodológica. No que diz respeito a seu escopo, pode ser limitado ou amplo, conforme o objetivo da/o pesquisadora/or, enquanto que seu propósito é revisar métodos, teorias e/ou estudos empíricos sobre um tópico particular (Whittemore, 2005).

A Revisão Integrativa é uma subdivisão da Revisão Bibliográfica Sistemática, a qual, embora tenha se originado na Medicina Baseada em Evidências e esteja amplamente difundida nas Ciências da Saúde, tem sido utilizada, também, em outros campos do conhecimento, como a Psicologia (Alves; Uchôa-Figueiredo, 2017) e a Administração (Fossatti; Mozzato; Moretto, 2019). Nas Ciências Sociais, por exemplo, Lopes e Fracolli (2008) destacam a relevância da pesquisa qualitativa, sobretudo por meio da Revisão Integrativa, na identificação de contradições que surgem entre a evidência científica e a prática cotidiana. Essas contradições, como, por exemplo, as diferenças entre resultados de estudos científicos e os desafios de suas aplicações práticas em contextos socioculturais diversos, podem ser exploradas e transformadas em novos conhecimentos, contribuindo para uma compreensão mais ampla e contextualizada dos fenômenos estudados.

Assim, tendo em vista a relevância da Revisão Integrativa no campo científico, objetiva-se traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre o tema o fracasso escolar de estudantes negras, de forma a integrar estudos já publicados e gerar novos conhecimentos, pautados nos resultados apresentados (Benefield, 2003; Galvão; Mendes; Silveira, 2008).

Operacionalização do estudo

Com base nos referenciais supracitados, a presente revisão foi organizada a partir de seis etapas estabelecidas por Botelho, Cunha e Macedo (2011), a saber : a) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa, b) estabelecimento de critérios de inclusão e de exclusão, c) identificação dos

estudos pré-selecionados e selecionados, d) categorização dos estudos selecionados, e) análise e interpretação dos resultados e f) apresentação da revisão/síntese do conhecimento. Cada etapa apresenta especificidades, como a definição dos descritores, dos idiomas, dos recortes temporais, dentre outros, o que pode variar conforme o objetivo de pesquisa. Portanto, é primordial a especificação dos procedimentos de planejamento e da proposta de sistematização (Dantas *et al.*, 2022).

Conforme descrito por Galvão, Mendes e Silveira (2008), a Revisão Integrativa é uma metodologia que permite sintetizar, de forma ampla e flexível, os resultados de estudos sobre um tema, com o objetivo de construir um corpo de conhecimentos teórico e prático relevante. Nesse contexto, a pergunta de pesquisa foi elaborada com base na problemática central do estudo, buscando identificar e sintetizar as evidências mais relevantes sobre o tema, que é a produção do fracasso escolar de estudantes negras, sob um olhar interseccional. Tal processo nos possibilitou a escolha de um corpo de conhecimento alinhado às necessidades práticas e teóricas da área de estudo: a Psicologia Escolar.

Dado o exposto, a pergunta para a Revisão Integrativa foi: as/os pesquisadoras/es, no âmbito da Psicologia Escolar, têm considerado a interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença (raça, classe e gênero) na orientação teórica e/ou metodológica dos estudos acerca do fenômeno do fracasso escolar?

Os critérios de inclusão levaram a escolha de artigos, de teses e de dissertações publicados entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2025, do campo da Psicologia, publicados em português e disponíveis na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO Brasil), na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no Portal de Periódicos da CAPES. Esse recorte temporal foi adotado com o objetivo de identificar e analisar produções recentes no campo da Psicologia Escolar, considerando transformações teóricas, metodológicas e institucionais que atravessam a área nesse período, especialmente em decorrência da promulgação da Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019), que dispõe sobre a inserção dos serviços das áreas de Psicologia e do Serviço Social nas redes públicas de educação básica, configurando um marco normativo inédito para a referida tal vertente da Psicologia no Brasil.

Além disso, foram considerados apenas os trabalhos que apresentavam os descritores no título, no resumo, no assunto e/ou nas palavras-chave. Apesar da orientação de Whittemore (2005), que diz respeito à inclusão apenas de estudos empíricos em Revisões Integrativas, optamos por incluir, também, estudos de revisão de literatura e ensaios, dada a relevância desses para identificar lacunas e contradições no campo, sintetizar teorias e atualizar conhecimentos. Foram excluídos textos acadêmicos em língua estrangeira, publicações duplicadas e trabalhos que não abordam a

interseccionalidade, que não pertençam ao campo da Psicologia ou que não versam sobre o tema de pesquisa. Após a aplicação desses critérios, os textos selecionados passaram por uma categorização de acordo com o tipo de estudo, os participantes, a orientação teórica, o ano de publicação, a autoria e o periódico. Em seguida, tais trabalhos foram lidos integralmente para síntese e para análise crítica conforme o problema de pesquisa.

Vale considerar também que, no âmbito da pesquisa acadêmica, os operadores booleanos são ferramentas essenciais para otimizar a recuperação de informações relevantes em bases de dados científicos. Esses instrumentos são utilizados para refinar pesquisas, combinando ou excluindo termos de forma lógica (Villegas V., 2003). Dessa forma, após terem sido estabelecidos os critérios de inclusão e de exclusão, a nossa revisão foi dividida em seis amostras, as quais serão apresentadas a seguir, de modo que cada uma respondesse a uma combinação específica dos descritores a partir dos operadores booleanos.

1. Raça AND Fracasso Escolar OR Fracasso Acadêmico AND Psicologia
2. Gênero AND Fracasso Escolar OR Fracasso Acadêmico AND Psicologia
3. Classe OR Desigualdade Social AND Fracasso Escolar OR Fracasso Acadêmico AND Psicologia
4. Raça AND Gênero AND Fracasso Escolar OR Fracasso Acadêmico AND Psicologia
5. Raça AND Gênero AND Classe OR Desigualdade Social AND Fracasso Escolar OR Fracasso Acadêmico AND Psicologia
6. Fracasso Escolar AND Marcadores Sociais AND Psicologia

A escolha pelos descritores “Fracasso Escolar” e/ou “Fracasso Acadêmico” foi motivada pelo intento de compreender de que maneira os estudos, no campo da Psicologia, têm abordado os desafios específicos do processo de escolarização de estudantes negras, considerando o fracasso escolar – conceito alinhado à Psicologia Escolar de Perspectiva Crítica (Patto 1990, 2022) – como um fenômeno que engloba a evasão, a repetência, o abandono escolar, dentre outras manifestações, as quais são compreendidas como resultados dos atravessamentos políticos, sociais, históricos, econômicos, culturais e institucionais sobre o processo de escolarização.

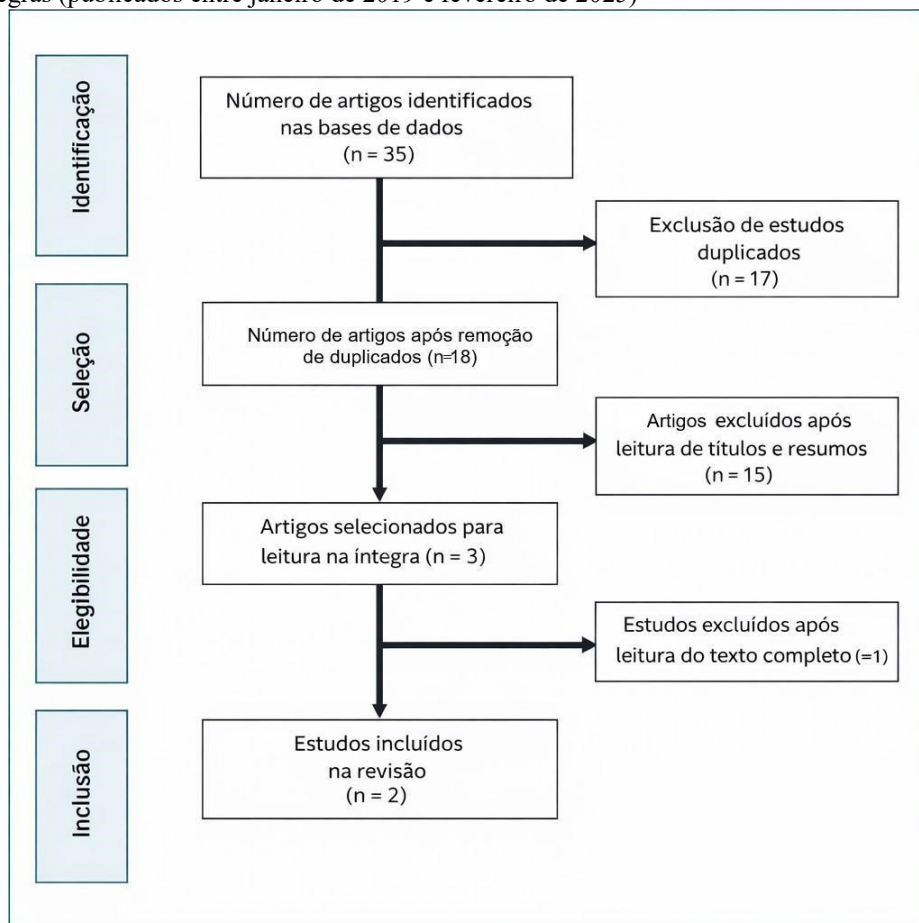
O ato de organizar a revisão em seis amostras foi realizado com o propósito de sistematizar a busca dos estudos, o que se justifica pela complexidade do tema, que envolve múltiplas dimensões interligadas no campo da Psicologia Escolar, como raça, classe, gênero, fracasso escolar/fracasso acadêmico, interseccionalidade, entre outros. Ao separar os descritores em diferentes combinações, portanto, garantimos que as pesquisas recuperadas contemplassem as especificidades de cada marcador social da diferença e de suas combinações, possibilitando uma visão mais aprofundada das relações entre esses e o fenômeno estudado. Além disso, essa organização favoreceu uma triagem mais eficiente dos artigos, diminuindo o viés de seleção.

Todavia, essa problemática analítica não deixa de ocorrer, principalmente na etapa de revisão de literatura, devido à arbitrariedade da/o pesquisadora/or na escolha das fontes a serem analisadas, resultando em informações com influência da percepção subjetiva da/o investigadora/or. Isso tem como consequência o risco da não utilização de um conjunto de dados que represente, adequadamente, as múltiplas dimensões do fenômeno estudado (Cordeiro *et al.*, 2007). Desse modo, reconhecemos a dificuldade de eliminar, completamente, o viés de seleção na Revisão Integrativa, ainda que esse tipo de equívoco em processos científicos pode ser atenuado por meio da elaboração de amostras mais representativas do fenômeno que se deseja investigar. Por isso, em nossa pesquisa, utilizamos as seis amostras supracitadas.

Resultados e discussão

Após aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão, os estudos encontrados foram organizados no fluxograma abaixo. Ressaltamos, já de início, que não foram localizadas dissertações e teses.

Figura 1 – Fluxograma da Revisão Integrativa: processo de seleção de trabalhos sobre fracasso escolar de estudantes negras (publicados entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2025)



Fonte – Elaboração própria a partir dos dados da revisão integrativa.

Nota – Esta representação é uma adaptação do esquema de Silva Melo (2020).

Como expresso no fluxograma, foram selecionados, para compor o *corpus* da presente pesquisa, dois estudos, sendo eles: “Olhares e produções de saberes: narrativas da Psicologia acerca das relações raciais”, de Santos e Silva (2023), e “Evasão escolar ou expulsão: por que alunas-mães abandonam a escola?”, de Ratusniak e Silva (2023), que estão categorizados no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Caracterização dos artigos selecionados: título, tipo de estudo, participantes, orientação teórica, ano de publicação, autoras e periódico

Título do artigo	Tipo de estudo	Participantes	Orientação teórica	Ano de publicação	Autoras e periódicos
“Olhares e produções de saberes: narrativas da Psicologia acerca das relações raciais”	Ensaio	Não se aplica	Feminismo negro	2023	Anne Bittencourt Santos e Silva <i>Psicologia: Ciência e Profissão</i>
Evasão escolar ou expulsão: por que alunas-mães abandonam a escola?	Pesquisa documental	138 alunas-mães citadas em processos judiciais por abandono intelectual, no Paraná	Estudos foucaultianos, feminismo negro	2023	Célia Ratusniak e Carla Clauber da Silva <i>Psicologia Escolar e Educacional</i>

Fonte – Elaboração própria a partir dos dados da revisão integrativa

É importante, diante desse resultado, refletir, primeiramente, sobre a escassez de produções na área da Psicologia Escolar no que tange aos marcadores sociais da diferença (raça, classe e gênero) em intersecção com o fracasso escolar e o que esse fato revela sobre a posição dessa vertente da Psicologia nas esferas acadêmica e profissional. Uma quantidade limitada de estudos disponíveis sobre tal assunto não apenas evidencia um possível desinteresse ou negligência com a temática, mas também levanta questionamentos sobre os desafios enfrentados pela Psicologia Escolar para consolidar-se como área de conhecimento e de prática crítica. Dessa forma, a quantidade de estudos encontrados aponta para a necessidade de questionarmos a Psicologia Escolar, tanto em suas bases epistêmicas quanto em sua dimensão pragmática, analisando este campo como um “objeto de estudo”

(Patto, 2022, p. 15). Por esse motivo, refletiremos, a seguir, sobre os resultados encontrados e o que isso diz respeito em relação a essa vertente da Psicologia.

O primeiro trabalho analisado interroga a própria Psicologia e suas vertentes, o que inclui a Psicologia Escolar em suas práticas e epistemologias. O ensaio de Santos e Silva (2023) analisa a construção histórica das narrativas sobre relações raciais no campo psicológico, entre o final do século XIX e o século XXI, ressaltando como as elites intelectuais brancas brasileiras moldaram a produção de conhecimento em relação ao sujeito. A autora defende que, apesar de a maioria da população brasileira ser negra, a Psicologia ainda carece de uma abordagem que reconheça os impactos do racismo na subjetividade e no desenvolvimento humano, evidenciando como, ao longo da história, as teorias psicológicas fortaleceram paradigmas racistas, dando respaldo às teorias eugênicas, que culminaram, por exemplo, nas políticas de branqueamento da população. Vale destacar que o viés positivista é apontado como contributo para a produção de referenciais embranquecidos no campo psicológico devido à colonização do conhecimento (Fanon, 2008 *apud* Silva, 2023) e a invalidação dos saberes produzidos por mulheres negras, vistos como não científicos (Collins, 2019 *apud* Silva, 2023).

Nesse sentido, o trabalho de Santos e Silva (2023) leva à reflexão sobre a imprescindibilidade de um resgate crítico da história da Psicologia e de suas implicações na produção de saberes, tecendo análises em torno do epistemicídio e da colonialidade do gênero, do ser, do saber e do poder (Lugones, 2008 *apud* Silva, 2023). No período republicano, ao final da década de 1910, conforme apresenta o estudo, a Psicologia passou a compor as intervenções para purificação racial, por meio de práticas de “educação” que tiveram ampla participação de psicólogas/os escolares motivadas/os pelo combate à miscigenação (Masiero, 2002 *apud* Santos e Silva, 2023). Já em 1929, no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, psicólogas/os propunham o uso de testes psicológicos e/ou observações para selecionar imigrantes com as características desejáveis ao novo projeto de nação. Além disso, estudos eram realizados em terreiros, a fim de justificar o baixo valor da pessoa negra e evitar “epidemias mentais de caráter religioso” (Masiero, 2002 *apud* Santos e Silva, 2023).

Santos e Silva (2023) aponta que a invisibilização da questão racial na formação e no exercício profissional contribuiu e ainda contribui para a perpetuação de práticas profissionais racistas. A autora reflete, dessa maneira, como a produção dessas narrativas não só violentam pessoas negras como também blindam a branquitude do sofrimento racial, dado que sujeitos brancos estão, constantemente, protegidas das tensões e do estresse ocasionado pelas questões raciais (DiAngelo, 2018 *apud* Silva, 2023). Sendo assim, a Psicologia participa da criação de narrativas e da produção de saberes, não apenas sobre a/o negra/o, mas também sobre a/o branca/o, produzindo discursos quanto às

subjetividades desejável e não desejável, além de subsidiar e difundir visões de mundo limitadas sobre os grupos raciais (Santos e Silva, 2023).

Inspirando-se no entendimento de Berenice Bento, Santos e Silva (2023) também discute como a percepção que o sujeito possui de si e do outro, especialmente em relação às características fenotípicas, influenciam diretamente na construção das possibilidades materiais de vida. Esses aspectos afetam tanto o modo como o indivíduo se vê quanto como é visto em termos de beleza, de valores e de inteligência, o que produz desigualdades nas vivências afetivas desse sujeito e na forma como ele estabelece relações com os recursos disponíveis no ambiente. Dessa forma, nota-se uma conexão estreita entre alteridade, desenvolvimento e racialidade.

No que diz respeito ao fracasso escolar, tal fenômeno aparece, no ensaio de Santos e Silva (2023), como um reflexo das desigualdades raciais e da falta de uma postura que interroge a Psicologia quanto às relações raciais no Brasil. A autora cita a reflexão de Patto para argumentar que, historicamente, a Psicologia naturalizou o fracasso escolar, tratando-o como uma questão individual, sem considerar seus determinantes sociais. Outro aspecto salientado pela ensaísta é o caráter revolucionário e atual do pensamento de Patto, visto que ela questiona a própria Psicologia e seu pensamento. Portanto, Santos e Silva (2023) defende que esta pensadora é um exemplo a ser seguido pela categoria profissional, a qual deveria refletir sobre as questões sociais e raciais no campo da Psicologia e de suas vertentes.

Já o segundo trabalho selecionado, o artigo “Evasão escolar ou expulsão: por que alunas-mães abandonam a escola?”, reflete uma situação que ultrapassa o “chão” da escola e evidencia um lugar invisibilizado, que, possivelmente, muitas pessoas ainda não conhecem: a história de jovens estudantes judicializadas. Utilizando-se de uma pesquisa documental, o artigo investiga os efeitos da judicialização da evasão escolar na vida de alunas-mães, mencionadas em processos por abandono intelectual de suas/seus filhas/os, em uma comarca do sul do Paraná. O abandono intelectual é um crime que deve ser respondido pelas/os responsáveis pela criança ou adolescente e se caracteriza por “deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho em idade escolar” (Brasil, 1940, p. 95 *apud* Ratusniak; Silva, 2023, p. 4).

Com base em estudos foucaultianos e na análise interseccional de gênero e raça, a pesquisa revelou que, ao contrário da visão amplamente difundida, inclusive pelo sistema judiciário, de que a gravidez é a única responsável pela evasão escolar de estudantes negras, muitas das jovens que compunham a amostra investigada já enfrentavam um histórico de fracasso escolar antes mesmo da maternidade e da judicialização (Ratusniak; Silva, 2023). A análise dos documentos produzidos pela escola e frutos de audiências judiciais mostra que a evasão é, na verdade, um processo de expulsão

velada, impulsionado por múltiplas reprovações e dificuldades de aprendizagem e agravado pela desigualdade racial e de gênero (Crenshaw, 2002 *apud* Ratusniak; Silva, 2023).

A judicialização, portanto, ao invés de garantir o direito à educação de alunas-mães, reforça a exclusão, pois desloca o foco do direito à escolarização para a proteção da maternidade. Mediante a constatação de que a estudante que abandonou os estudos se encontra grávida, é realizado o direcionamento para serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visando o cuidado com a gravidez e com a maternidade, de modo que “a jovem é encaminhada para o pré-natal e para programas sociais, como o Bolsa Família. Deixa de ser aluna e passa a ser mãe” (Ratusniak; Silva, 2023, p. 4).

É adotada, desse modo, como legítima a justificativa da gravidez para a evasão escolar de adolescentes-mães, ao mesmo tempo em que são retiradas as investidas por parte do poder público para a sua inclusão educacional. Tal fenômeno judicial contribui para o direcionamento desse grupo de meninas exclusivamente ao espaço doméstico, para dedicar-se aos cuidados da casa e das/os filhas/os (Ratusniak; Silva, 2023).

As autoras do artigo demonstram que a responsabilização exclusiva das alunas pelo cuidado com a família se insere em um contexto de biopolíticas e de normas sociais que associam a mulher ao papel de cuidadora e reforçam a desigualdade educacional (Foucault, 2014 *apud* Ratusniak; Silva, 2023). Isso indica que as biopolíticas não apenas definem papéis de gênero, mas também regulam o tempo e as condições consideradas ideais para a maternidade, pois “[...] tanto a constituição de um modelo de família ideal para a criação dos filhos e das filhas, quanto a determinação de um tempo ideal para tê-los/as são produzidas pelas biopolíticas endereçadas às mulheres” (Ratusniak; Silva, 2023, p. 5).

A biopolítica, também, aparece nas especulações sobre a conduta moral da vida sexual das jovens, que se transformam em julgamentos e recriminações, pela presença, no ambiente escolar, de um corpo que revela o exercício da sexualidade fora do tempo ideal imposto pelas biopolíticas operantes (Foucault, 1988 *apud* Ratusniak; Silva, 2023). Além disso, o caminho do casamento e da maternidade, muitas vezes, é visto como legítimo para a realização dessas jovens estudantes negras como mulheres na sociedade, pois, apesar do sexismo, a família, por um lado, seria um espaço de construção de dignidade e de amor próprio, e a maternidade, por outro, um projeto de vida possível (Biroli, 2018 *apud* Ratusniak; Silva, 2023). Adquirindo um significado diferente daquele que é dado pela branquitude, a família passa a ser potencialmente um espaço de proteção e reivindicação de direitos (Collins, 2019 *apud* Ratusniak; Silva, 2023).

Em conclusão, a pesquisa evidencia, por meio da análise interseccional, que as alunas negras são mais afetadas pelo processo de exclusão escolar, fruto do racismo institucional que permeia os sistemas educacional e social. Em complementariedade, Ratusniak e Silva (2023), observam que essas alunas-mães “silenciosamente a cada reprovação, a cada nota baixa, a cada desistência, a cada recriminação, vão sendo expulsas da escola” (p. 7). Diante desse cenário, o artigo critica a fragilidade das políticas públicas que visam as alunas-mães nas instituições básicas de ensino por serem marcadas pela insensibilidade na condução dos processos e pelo controle biopolítico sobre os corpos femininos, sobre a maternidade e sobre vida, o que sinaliza a necessidade de perspectivas interseccionais, que priorizem a compreensão dos desafios singulares enfrentados por jovens estudantes no sistema educacional brasileiro.

A partir das análises dos dois estudos selecionados, é possível perceber que as autoras dos trabalhos, ao adotarem, além das perspectivas críticas (Patto, 2022) e pós-crítica (Foucault, 1988, 2014), epistemologias feministas negras e decoloniais, conseguiram apresentar uma visão mais ampla e aprofundada sobre os fatores que influenciam o fracasso escolar, indo na contramão das abordagens psicológicas hegemônicas/tradicionais e aproximando-se dos saberes produzidos, em grande parte, por mulheres negras insurgentes. Essa escolha não só impulsiona a reflexão sobre o fracasso escolar por meio de outras perspectivas que não as tradicionais, como também denuncia a necessidade crescente de adotar essas lentes analíticas para compreender a realidade escolar e social.

Acreditamos, então, que nossa pergunta de pesquisa foi respondida: não existe um número volumoso de estudos que inter-relacionam o fracasso escolar e a perspectiva interseccional dos marcadores sociais da diferença (raça, classe e gênero) no campo da Psicologia Escolar, considerando o marco temporal contemplado por este estudo. Essa carência de estudos empíricos denuncia a necessidade de uma maior implicação das/os psicólogas/os escolares com as questões que permeiam a realidade da escola, pois é no convívio com o cotidiano escolar que desafios e potencialidades são evidenciados, ao mesmo tempo em que se estreitam as relações entre pesquisa e comunidade, promovendo-se pontes de conexão que favorecem tanto os estudantes da educação básica quanto à formação das/os estudantes da educação superior.

Considerações finais

Conforme apresentado por esta Revisão Integrativa, a baixa quantidade de artigos selecionados após a aplicação dos critérios de elegibilidade evidencia como a Psicologia Escolar, mesmo em uma perspectiva crítica, tem dado pouco atenção ou mesmo negligenciado a interseccionalidade entre os marcadores sociais da diferença, o que contribui, em nosso entendimento, com a reprodução de desigualdades no processo de escolarização de estudantes negras. Apesar da

escassez de estudos que discorrem sob a orientação da lente interseccional, os artigos localizados demonstraram-se promissores ao tratar sobre temas importantes ao campo de estudos e à prática profissional, sobretudo pela Lei nº 13.935/2019, que determina a obrigatoriedade de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica (Brasil, 2019).

Nesse sentido, a falta de produções acadêmicas que considerem os marcadores raça, classe e gênero (elementos tão interconectados entre si) no que tange à produção do fracasso escolar tem contribuído para a perpetuação de abordagens reducionistas frente a esse fenômeno da escola, além de colaborado para a manutenção do estereótipo da/o “aluna/o-problema” e para a responsabilização individual como estratégia interventiva (Patto, 2022). Recomenda-se, portanto, a realização de novas pesquisas que ampliem a abordagem interseccional no campo da Psicologia Escolar, considerando os efeitos que incidem, direta ou indiretamente, sobre sujeitos historicamente marginalizados, sobretudo estudantes negras, devido à persistência de investigações e práticas psicológicas descontextualizadas.

Em novos estudos, indica-se que a busca seja realizada com o uso de outros descritores abarcados pelo conceito de fracasso escolar, como “repetência”, “evasão escolar”, “distorção idade-série”, “desempenho acadêmico”, entre outros. Acreditamos que a procura nessa direção pode resultar na obtenção de um número maior de produções.

Ressalta-se, por fim, a necessidade da aproximação entre as pesquisas sobre o fracasso escolar e os contextos educacionais, englobando suas/seus estudantes, educadoras/es e demais atrizes/atores envolvidas/os no processo de escolarização. Dessa forma, será possível construir uma Psicologia Escolar mais comprometida com a transformação social e educacional e com o combate à violência racista, capitalista e cisheteropatriarcal (Akotirene, 2019), seguindo o que Patto (2022) sinalizou, ainda na década de 1990, sobre a necessidade de contextualizar o fenômeno do fracasso escolar para avançarmos, efetivamente, nessa mudança

Referências

ALMA PRETA. Negros somam 72,5% dos jovens que abandonaram a escola; trabalho é o principal motivo para evasão. **Alma Preta**, 16 jun. 2025. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/negros-somam-725-dos-jovens-que-abandonaram-a-escola-a-trabalho-e-o-principal-motivo-para-evacao/>. Acesso em: 23 dez. 2025.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén; 2019.

ALVES, Alê. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. **El País Brasil**, 27 jul. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html. Acesso em: 23 dez. 2025.

ALVES, Stephanie Witzel Esteves; UCHÔA-FIGUEIREDO, Lúcia da Rocha. Estratégias de atuação da psicologia diante do câncer infantil: uma revisão integrativa. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia**

Hospitalar, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 55-74, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistasbph.emnuvens.com.br/revista/article/view/231>. Acesso em: 23 dez. 2025.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 469-475, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?format=html>. Acesso em: 23 dez. 2025.

BERNARDO, Wanderley Marques; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce; JATENE, Fábio Biscegli. A prática clínica baseada em evidências: parte II - Buscando as evidências em fontes de informação. **Revista Brasileira de Reumatologia (RBR)**, São Paulo, v. 44, n.6, p. 403-409, nov./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbr/a/p3kYDSB6g3xW8jVYTdG9CQP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2025.

BENEFIELD, Lazelle E. Implementando práticas baseadas em evidências em cuidados domiciliares. **Home Healthcare Nurse**, Baltimore, v. 21, n. 12, p. 804-811, dez. 2003. Recuperado de: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/14665967/>. Acesso em: 23 dez. 2025.

BILGE, Sirma. Perspectivas feministas recentes sobre a interseccionalidade. **Diogenes**, Cambridge, v. 57, n. 1, p. 58-72, fev. 2010. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/diogenes/article/abs/recent-feminist-outlooks-on-intersecting-onality/67D20EC85E178C3747B35519E369203A>. Acesso em: 23 dez. 2025.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b99b/4f7d8cb581a59f92915a0c64430d43dc65b0.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 168, p. 1, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 23 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em: 23 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 23 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Informe MIR**: monitoramento e avaliação, n. 2 – edição Mulheres Negras. Brasília: MIR, set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/informe-edicao-mulheres-negras.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Inep]. **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: resumo técnico. Brasília: Inep, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf. Acesso em: 23 dez. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2015.

COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade como teoria social crítica**. Tradução: Thayse Leal Martins Cruz. São Paulo: Boitempo, 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgões**, São Paulo, v. 34, n. 6, p. 428-431, nov./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLgLPwcgmV6Gf/?lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2025.

DA SILVA MELO, Carolina et al. Diga não às síndromes hipertensivas: experiência de produção de tecnologia educacional baseada em evidências. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 58, p. e4078-e4078, 2020.

DANTAS, Hallana Laisa de Lima; COSTA, Christefany Régia Braz; COSTA, Laís de Miranda Crispim; LÚCIO, Ingrid Martins Leite; COMASSETTO, Isabel. Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico. **Recien - Revista Científica de Enfermagem**, São Paulo, v. 12, n. 37, p. 334-345, 2022. Disponível em: <https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/575>. Acesso em: 23 dez. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, David Augusto. A marginalização conduzida pelo analfabetismo e pela (in)dignidade da pessoa humana. **Revista Direito & Paz**, Lorena, v. 2, n. 35, p. 21-35, 2016. Disponível em: <https://revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/view/361>. Acesso em: 23 dez. 2025.

FIRBIDA, Faviola Batista Gomes; VASCONCELOS, Mário Sérgio. O desenvolvimento histórico da psicologia escolar crítica no Brasil. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 23, p. 1-13, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/40300/pdf>. Acesso em: 23 dez. 2025.

FOSSATTI, Emanuele Canali; MOZZATO, Anelise Rebelato; MORETTO, Cleide Fátima. O uso da revisão integrativa na Administração: um método possível?. **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR [RECC]**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 55-72, 2019. Disponível em: <https://revista.crapr.org.br/index.php/recc/article/view/169>. Acesso em: 23 dez. 2025.

GALVÃO, Cristina Maria; MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2019.

HARDING, Sandra. **Ciência e feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Uma em cada quatro

mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. **Agência de Notícias IBGE**, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>. Acesso em: 23 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: proporção da população com nível superior completo aumenta de 6,8% em 2000 para 18,4% em 2022. **Agência de Notícias IBGE**, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42742-cens-o-2022-proporcao-da-populacao-com-nivel-superior-completo-aumenta-de-6-8-em-2000-para-18-4-em-2022>. Acesso em: 23 dez. 2025.

LOPES, Ana Lúcia Mendes; FRACOLLI, Lisaine Aparecida. Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 771-778, out./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/hNWjZ6pFQ3gH8Bfz3nxBCGC/?lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2025

LUGONES, María. Colonialidad e género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter (Comp.). **Género y descolonialidad**. Buenos Aires: Duke University/Ediciones del Signo, 2008. p. 13-54.

LUNA, Luedji. **Um corpo no mundo** [letra de música] In: Um corpo no mundo. São Paulo: YB Music, 2016. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luedji-luna/um-corpo-no-mundo/>. Acesso em: 23 dez. 2025.

PATTO, Maria Helena Souza. Ciência e política na primeira república: origens da psicologia escolar. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 203-225, 2004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41357/28626>. Acesso em: 23 dez. 2025.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 5. ed. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/932/844/3069>. Acesso em: 23 dez. 2025.

PORTELA, Caio Barbosa. A perspectiva decolonial no pensamento social brasileiro: pode a subalterna falar? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS – PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL, 45, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/VisualizadorPdf?codigoArquivo=941&tipoMidia=0>. Acesso em: 23 dez. 2025.

RATUSNIAK, Célia; SILVA, Carla Clauber da. Evasão escolar ou expulsão: por que alunas-mães abandonam a escola? **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 27, e243705, p. 1-9, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/PxnMRDgwDjnmPcGnSGY7zHF/?lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2025.

ROTHER, Edna Terezinha. Editorial: Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v–vi, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2025.

SANTOS, Francisca Kananda Lustosa dos; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. Jovens meninas negras e exclusão escolar: a ausência da interseccionalidade nas políticas públicas de educação. **Humanidades & Inovação**, Palmas-TO, v. 9, n. 8, p. 110-125, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5455>. Acesso em: 23 dez. 2025.

SANTOS E SILVA, Anne Bittencourt. Olhares e produções de saberes: narrativas da psicologia acerca das relações raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, e253358, p. 1-11, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/4hbFYDZh4pN8ChLszDDHBND/?lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de; RAMOS, Christiane Jacqueline Magaly; LIMA, Cárita Portilho de; BARBOSA, Deborah Rosária; CALADO, Vânia Aparecida; YAMAMOTO, Kátia. Atuação do psicólogo na Educação: análise de publicações científicas brasileiras. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 38, p. 123-138, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/22808/19409>. Acesso em: 23 dez. 2025. TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/download/30334/19489/119482>. Acesso em: 23 dez. 2025.

TOKARNIA, Mariana. Necessidade de trabalhar é principal motivo para abandono da escola. **Agência Brasil**, Brasília, 07 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/necessidade-de-trabalhar-e-principal-motivo-para-abandonar-escola>. Acesso em: 23 dez. 2025.

VILLEGAS V., Bayardo. Rápida y pertinente búsqueda por internet mediante operadores booleanos. **Universitas Scientiarum**, Bogotá, v. 8, p. 51-54, jul/dez. 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/499/49900808.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2025.

WHITTEMORE, Robin. Combining evidence in nursing research: methods and implications. **Nursing Research**, [s. l.], v. 54, n. 1, p. 56-62, jan. 2005. Disponível em: https://journals.lww.com/nursingresearchonline/abstract/2005/01000/combining_evidence_in_nursing_research_methods.8.aspx. Acesso em: 23 dez. 2025.